

A Cooperação Portuguesa em África

S. Tomé e Príncipe

MARIA OLINDA ALVES PEREIRA

Algumas considerações

Como ponto prévio, julgamos pertinente aludir, ainda que abreviadamente, à precariedade da metodologia usada na cooperação desde há escassos anos estabelecida entre Portugal e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe, no tocante à salvaguarda e ao conhecimento do património arquivístico comum.

Acervos documentais cuja riqueza informativa reside fundamentalmente nos dados que incluem, imprescindíveis ao esclarecimento de um passado partilhado por ambos os países, nos séculos XIX e XX, durante a vigência do regime colonial. Mas, além destes, não podem os investigadores dispensar os elementos, que também facultam, com interesse para a história das restantes populações africanas de expressão portuguesa, em especial à luz das relações comerciais mantidas entre aquelas Ilhas e a Guiné, Cabo Verde, Angola e Moçambique.

Consideramos, na verdade, que, se é de justiça realçar o valor da participação portuguesa em S. Tomé, que fica aqui manifestada e documentada em proveito do público interessado pelo estudo da história de África, assim também importa reconhecer as fragilidades do processo que a ela conduziu: negociada de forma avulsa e, por isso, desenquadrada de qualquer estratégia que pudesse vir a inseri-la, na altura própria, numa política global comum para todos os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Consignar esta observação, porventura incómoda, afigura-se-nos um dever incontornável, não ignorando, embora, que a concretização do projecto para que apontamos não dependerá só do empenhamento e dedicação dos profissionais envolvidos, mas sobretudo da vontade política dos países cooperantes e da sua disponibilidade para

proporcionarem os avultados recursos materiais, financeiros e tecnológicos, que o empreendimento manifestamente reclama.

Introdução

No mês de Março de 1995, Portugal e S. Tomé e Príncipe assinaram, no âmbito da VIII Reunião da Comissão Mista Permanente de Cooperação Luso-Santomense, o Programa de Cooperação para o triénio de 1995 a 1998, assumindo, entre outros domínios, nos da Cultura e da Comunicação Social, a responsabilidade da consecução do projecto número um, intitulado *Arquivos*.

O compromisso assentava basicamente numa intervenção de emergência no Arquivo Nacional de S. Tomé e Príncipe, pressupondo a promulgação de algumas medidas que se encontram enumeradas, enquanto *Objectivos específicos*, no documento de trabalho elaborado nesse ano pela dita Comissão.

Passamos a citá-las:

- medidas contra a degradação da documentação;
- envio de documentação e material;
- levantamento de necessidades com vista às futuras instalações;
- formação específica.

Devemos, antes de mais, acentuar que o volumoso acervo documental reunido na Capela do Bom Jesus, na cidade de S. Tomé, a que nos reportaremos mais adiante, era já assumido como uma parcela considerável, com o devido relevo histórico, do património custodiado pelo Arquivo Nacional.

Acautelar esses arquivos do período colonial em S. Tomé e torná-los acessíveis depois do seu ingresso no Arquivo Nacional eram acções contempladas na primeira alínea.

Às Secretarias de Estado da Cultura de Portugal e da Cultura e da Comunicação Social de S. Tomé e Príncipe, através dos respectivos Arquivos Nacionais, e em parceria com o Instituto da Cooperação Portuguesa, coube garantir a realização das acções preconizadas no Programa de Cooperação, bem como o seu financiamento.

Assim, e na observância da calendarização ajustada, os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo fizeram deslocar a S. Tomé, entre os dias 23 de Maio e 14 de Junho de 1995, três técnicos superiores de arquivo, um arquitecto e a subdirectora-geral, que ali permaneceram, os três primeiros durante três semanas e os dois últimos apenas uma.

Encetámos então o Projecto com dois objectivos principais a cumprir:

- A análise exploratória da documentação armazenada na Capela do Bom Jesus, com vista à sua salvaguarda e sequente levantamento sistemático de cada um dos fundos;
- O estudo rigoroso das condições físicas do edifício do Arquivo Nacional de S. Tomé e Príncipe, partindo daí para a busca da solução mais adequada que, no caso vertente, e adiantamos já, deveria ser a construção de raiz ou a remodelação de um prédio antigo para aquele fim.

Os edifícios do Arquivo Histórico Nacional

A Capela do Bom Jesus

Já em Maio de 1989, tal como nos informou a Directora do Arquivo Nacional de S. Tomé, se reconheceu, no quadro da colaboração prestada pelo Arquivo Histórico Ultramarino a este país, a necessidade de proceder, o mais depressa possível, ao arrolamento dos acervos depositados na mencionada Capela para se prover de seguida à sua melhor instalação, de forma a salvá-los da perda inexorável.

No entanto, só seis anos mais tarde a equipa de técnicos dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo pôde concretizar esse intento, começando por procurar um espaço onde, transitariamente, foram concentrados todos aqueles arquivos.

Mas ninguém até aí nos tinha dado, ainda que meramente esboçada, uma imagem da realidade com que nos iríamos confrontar: era uma mole imensa de documentos, que enchia por completo a igreja, esparramando-se pelos corredores laterais e sacristia, ora amontoados no lajedo em pilhas infindáveis de embrulhos e atados, que subiam até ao tecto, ora espreitando do interior de sacos de serapilheira, trazidos, certamente, das roças, onde nos tempos coloniais teriam sido usados para o transporte do cacau e do café.

Dando o toque final a todo este conjunto, a acumulação dos mais diversos objectos, como máquinas de escrever, enormes lustres de vidro, mobiliário de escritório, metálico e de madeira, livros e coisas sobrantes, que, assim o julgámos, teriam pertencido aos gabinetes de trabalho das repartições públicas geradoras daquela documentação, e ali depositados a esmo sem tempo a perder...

Tornava-se impossível quantificar e qualificar os arquivos aí encontrados, atendendo às condições de instalação extremamente degradadas em que permaneciam, à falta de espaço de manobra para o tratamento técnico poder ter lugar, bem como à ausência dos mais rudimentares requisitos de higiene e asseio.

Promoveu-se, por esses motivos, a sua transferência imediata para o edifício da antiga Biblioteca Nacional de S. Tomé e Príncipe, que passaria a ser utilizado, a título precário, como mais um depósito de arquivo, até à conclusão das obras de construção ou de adaptação do novo Arquivo Histórico.

Não é, assim, de estranhar que só em certos casos e a título muito excepcional tenha sido possível a caracterização, posto que breve e simples, das séries documentais e colecções que iam sendo retiradas da Capela do Bom Jesus para serem levadas para a referida Biblioteca Nacional.

O edifício da Biblioteca Nacional

Não foi, todavia, a escolha deste imóvel, que ostenta hoje graves deficiências, resultantes manifestamente do abandono a que tem sido votado desde os anos 70, a solução ideal.

Mas apresentava a vantagem de permitir a separação dos documentos de arquivo do restante material, de forma a poder passar-se à fase do reconhecimento e inventário dos diversos fundos e subdivisões que lhes respeitam.

Antes do empreendimento destes trabalhos impôs-se promover, neste mesmo local, a formação intensiva de vinte jovens, seleccionados para o efeito pela Direcção-Geral da Cultura de S. Tomé e Príncipe.

Optou-se por uma aprendizagem essencialmente prática, executada com a necessária celeridade, dados os limites temporais de que dispusemos para as tarefas da transferência, limpeza e identificação sumária dos documentos.

O velho edifício do Arquivo Nacional

Criado em 1969, nos termos do Decreto 49047, de 7 de Junho, sendo na época Ministro do Ultramar o Prof. Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha, o Arquivo Histórico de S. Tomé e Príncipe estabeleceu-se desde o início em dependências de um prédio de

serviços públicos situado no centro da cidade, na parte baixa, junto à estrada marginal.

De construção moderna, embora não concebido de raiz para a conservação do acervo documental pertencente às Ilhas, de que faziam parte *papéis da segunda metade do século XVII* da Câmara Municipal de Príncipe, o edifício enfermava, logo à partida, de um leque significativo de insuficiências, umas de cariz estrutural e outras concernentes à sua implantação em terreno húmido, próximo da costa marítima e, por isso, mais exposto aos ventos do exterior.

Em 1995, aquando da nossa primeira deslocação à Ilha de S. Tomé, apresentou-se-nos como uma das acções prioritárias conducente à valorização do património nacional arquivístico, a reinstalação do *velho* Arquivo Histórico num edifício mais apto a responder às questões de preservação dos materiais, à protecção e segurança contra todos os danos físicos e químicos e preparado para enfrentar os condicionalismos climáticos daquele país.

Mas a razão subjacente a esta proposta, como pudemos então verificar, residia principalmente nos níveis bastante críticos de degradação que atingira o prédio do Arquivo, a avaliar pelas fendas paralelas visíveis nas paredes exteriores.

A carga excessiva das estantes a abarrotar de livros, maços de documentos e caixas, comprimidos em depósitos exíguos, contribuía para o agravar de uma situação de ruína iminente.

Outro factor tornava ainda mais premente o problema das instalações: os prejuízos que decorriam da circunstância de o imóvel albergar, além dos serviços de arquivo, mais sete organismos estatais, cada um deles com a sua especificidade funcional e públicos utilizadores próprios.

Por tudo isso se julgou desaconselhável a transferência para este edifício dos numerosíssimos fundos documentais guardados na Capela do Bom Jesus, cuja protecção se impunha assegurar.

O «novo» edifício do Arquivo Nacional

Na sequência de pressões exercidas pelos técnicos de S. Tomé, que, persistentemente, chamaram a atenção das entidades responsáveis para a necessidade de se remover para um único edifício, mais apropriado, toda a documentação do Arquivo Histórico e os arquivos findos dos organismos coloniais portugueses, depositados na antiga Biblioteca Nacional, foi então decidido dotar o Arquivo Histórico Nacional de novas instalações.

Com efeito, após a nossa primeira estadia naquela República, o referido Arquivo, por deliberação do Conselho de Ministros de 16 de Novembro de 1995, acabou por ser transferido para outro prédio urbano, que, embora carecesse de obras de vulto que o adaptassem ao seu novo destino, proporcionaria desde logo uma arrumação do património documental em condições mais favoráveis do que aquelas de que disfrutava anteriormente.

Trata-se de um edifício constituído por um único piso, de construção muito simples, dos anos 60, situado numa zona abrigada do centro da cidade. Sede do Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio, Indústria e Agricultura (SNECIA) durante os primeiros anos, foi de seguida, em 1988, ocupado pelos Serviços do Gabinete do Primeiro Ministro, que aí se mantiveram até meados de 1995.

Entre os anos de 1996 e 1997 foram realizadas obras neste edifício, que goza na actualidade de condições para o atendimento do público e o desenvolvimento das tarefas arquivísticas necessárias à conservação e divulgação dos acervos documentais aí recolhidos.

Identificação sumária dos arquivos

A documentação à guarda do Arquivo Histórico Nacional de S. Tomé e Príncipe não foi alvo de qualquer intervenção de fundo por parte da equipa dos técnicos dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, por se ter mostrado prioritária a sua actuação relativamente aos arquivos da Capela do Bom Jesus, considerados em situação de risco, físico e intelectual, e, ao contrário daquela, desprovidos de qualquer instrumento de recuperação documental.

Do que nos foi dado observar, os *documentos da Capela* complementavam, na maioria dos casos, os fundos do núcleo primitivo, em relação aos quais existia um *Roteiro* publicado no ano de 1971, no número 4 do *Boletim do Arquivo Histórico de S. Tomé e Príncipe*, que deles dava circunstanciada informação.

Este guia continua a ser ainda hoje o único instrumento de descrição disponível para a consulta e o estudo do referido núcleo primitivo do Arquivo Histórico.

Trata-se, a seu modo, de um inventário topográfico, onde são enumerados de forma sucinta, segundo a respectiva proveniência, os documentos contidos nas 581 caixas de zinco, referindo-se deles quase só a tipologia e data.

Relativamente aos fundos recolhidos em 1969, o investigador que consultar este *Roteiro* encontrará, dentro do capítulo que lhes

disser respeito, S. Tomé ou Príncipe, a indicação dos organismos e instituições que os produziram. Nele achará registados os documentos que fazem parte da Secretaria Geral do Governo, da Administração Civil e da Repartição da Fazenda de S. Tomé, assim como os da Câmara Municipal, Administração do Concelho e Curadoria dos Serviços e Colonos do Príncipe.

Quanto aos arquivos da Capela do Bom Jesus, só depois da transferência para a Biblioteca Nacional se conseguiu dar início ao rastreio, ao nível mais genérico, dos conjuntos documentais, alcançado através da identificação de cada um dos respectivos órgãos produtores e do exame directo dos documentos e seus conteúdos informativos.

Mas as metas temporais impostas para a nossa tarefa, aliadas ao estado caótico dos arquivos e à inexistência de um estudo prévio de índole jurídico-institucional, não possibilitaram a análise exaustiva, que pretendíamos, das espécies em tratamento.

Vimo-nos, pois, forçados a optar por uma abordagem em extensão, que contemplasse a simples identificação da generalidade das unidades arquivísticas, relegando para uma fase posterior o seu exame em profundidade, nomeadamente a reabilitação da organização interna de cada sistema, a classificação dos documentos e respectiva reordenação das divisões e séries que o integram.

Não enjeitamos, obviamente, as insuficiências e uma ou outra inexactidão contidas na lista final dos fundos e colecções, não obstante uma maior correcção técnica que nela procurámos introduzir aquando da segunda incursão a S. Tomé, em 1996.

Dedicámo-nos para tal ao estudo da história das entidades geradoras dos arquivos e documentos, especificadamente no que concerne à criação, modificação e extinção, bem como ao exercício das suas competências e atribuições legais, baseando-nos sobretudo no conhecimento da legislação vigente naquela ex-colónia portuguesa, no período compreendido entre 1916 e 1974.

Passamos de seguida a apresentar a relação dos arquivos identificados no decurso dos trabalhos levados a efeito em 1995, na ex-Biblioteca Nacional, e continuados nos primeiros meses do ano seguinte, já no Arquivo Histórico, que contém algumas observações, que reputámos úteis, sobre o núcleo primitivo:

- Administração do Concelho do Príncipe

Segundo o capítulo que lhe foi dedicado no *Roteiro*, compunha-se de 137 maços de documentação atinente ao período compreendido entre 1819 e 1920. Entre outras séries, fazem parte do fundo

livros de registo de passaportes e guias de trânsito, requisições de enterramentos e numerosos livros de correspondência e de registo de requerimentos.

- Administração do Concelho de S. Tomé

Na descrição dos documentos contidos nas caixas do Arquivo Histórico é referida imensa *Correspondência* da Administração do Concelho de S. Tomé, remontando a mais antiga ao ano de 1862. Localizámos mais documentos deste fundo, sobretudo do século XX, sendo alguns referentes às regedorias das freguesias da Graça e da Conceição.

- Caixa de Aposentações e Pensões às Famílias dos Funcionários Públicos da Província de S. Tomé e Príncipe (1953-1957)

Inicialmente inserida no fundo da Curadoria Geral dos Serviços Indígenas, viria a ser autonomizada em 1996 depois de um estudo mais aprofundado.

- Caixa de Previdência dos Funcionários Públicos de S. Tomé e Príncipe

É um novo fundo em relação aos do *Roteiro*, constituído por documentos que cobrem o período de 1962 a 1978.

- Câmara Municipal do Príncipe

Deste organismo o Arquivo Histórico conserva 312 maços de documentos com datas compreendidas entre 1665 e 1936, que terão sido incorporados entre 1969 e 1971. Encontrámos ainda alguns documentos do século XX.

- Câmara Municipal de S. Tomé

O Prof. Doutor António da Silva Rego comentou, em Junho de 1969, a respeito deste arquivo: «Quanto ao arquivo da Câmara Municipal de S. Tomé continua no edifício da Câmara. É todo ele posterior a 1870, pois, segundo informação colhida junto do Senhor Presidente da Câmara temeroso incêndio teria destruído a restante».

É certo, porém, que já em Abril de 1971 o Director do Arquivo Histórico de S. Tomé e Príncipe, em nota prévia inserida no número 4 do *Boletim*, divulgou a incorporação de documentos, quase exclusivamente correspondência, da Câmara Municipal da cidade, relativos aos anos de 1861 a 1922.

Numerosa documentação dos serviços desta instituição, cobrindo o período de 1932 a 1974, que ainda se encontrava dispersa na Capela do Bom Jesus, viria a ser integrada no *novo* edifício no ano de 1996.

- **Corpo de Polícia Indígena**

Há referências no *Roteiro* aos documentos de um Corpo de Polícia de S. Tomé dos anos de 1874 a 1881, altura em que terá sido extinto. Encontrámos igualmente descrições relativas a outros dois *Fundos*: a Companhia de Polícia (1882-1893) e um Corpo de Polícia Civil (1898-1910).

A leitura do Decreto de 7 de Outubro de 1880 leva a crer que existam algumas imprecisões nas denominações daqueles organismos e datas indicadas no *Roteiro*. Com efeito, o dito diploma criou a 1.^a e 2.^a Companhias com quartel instalado na cidade de S. Tomé e na Ilha do Príncipe, respectivamente, suprimindo em simultâneo a Companhia de Polícia, da cidade de S. Tomé, que havia sido aprovada por Portaria do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar de 29 de Julho de 1874.

- **Curadoria Geral dos Serviçais e Indígenas**

A entidade dos conjuntos documentais reunidos sob a designação em epígrafe, foi instituída pela primeira vez nas ex-colónias portuguesas por força da Lei de 29 de Abril de 1875. Incumbia-lhe, no essencial, exercer a tutela pública dos trabalhadores rurais indígenas que, nos termos do decreto com força de lei, de 25 de Fevereiro de 1869, haviam passado à condição de livres.

Em 1955, pelo Decreto n.º 40224, de 5 de Julho, passou a ser denominada Repartição Provincial dos Serviços de Trabalho e Previdência de S. Tomé.

Em 1962, pela Portaria Ministerial 19 016, de 8 de Fevereiro, foi criado em sua substituição o Instituto de Trabalho, Previdência e Acção Social de S. Tomé e Príncipe, com a finalidade de estudar, orientar, dirigir e fiscalizar, em todos os seus aspectos, as relações entre os dois factores de produção: capital e trabalho.

A documentação da Curadoria (1872-1921), que integra o *núcleo primitivo* do Arquivo Histórico, é descrita no *Roteiro* no âmbito da Secretaria Geral do Governo, no capítulo dedicado a S. Tomé, aparecendo dispersa pelas largas centenas de caixas de zinco usadas tradicionalmente para arquivo pela instituição.

- Fundo de Ajuda Social em S. Tomé

Com a extinção da Misericórdia e do Instituto de Assistência Social foi criada, na dependência do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, a repartição acima referenciada, que teve a seu cargo toda a assistência social pública até 1977, ano em que foi extinta. Competia-lhe igualmente a manutenção do Asilo da Quinta de Santo António, uma aldeia-albergue destinada a mendigos, inválidos e cegos, e a concessão de subsídios a pessoas sem recursos ou a doentes necessitados de tratamento no estrangeiro.

- Junta Local do Príncipe (?)

Enquadrada em 1995 na Administração do Concelho de Príncipe, terá de ser objecto de apreciação ulterior.

- Misericórdia de S. Tomé

Foram localizados alguns documentos dispersos provenientes ou relativos a esta instituição, todos eles do século XX.

- Rádio Clube de S. Tomé

A série que determinou a constituição deste núcleo, o *serviço noticioso para o Ultramar*, poderá vir a ser no futuro integrada num dos fundos aqui enumerados, se a análise documental assim o determinar.

- Repartição do Cofre de Trabalho e Repatriação de S. Tomé

Os rendimentos dos fundos depositados neste Cofre destinavam-se, fundamentalmente, a pagar as despesas feitas com o repatriamento dos indígenas para as colónias de origem, após o termo dos seus contratos.

- Repartição dos Correios e Telégrafos (século XX)

- Repartição dos Serviços da Administração Civil

Na documentação encontrada figuram designações diferentes, como *Administração Civil*, *Repartição Central da Administração Civil e dos Negócios Indígenas*, *Repartição Central dos Serviços da Administração Civil*.

Segundo o *Roteiro*, compunham este arquivo, antes das incorporações efectuadas em 1995 e 1996, 499 livros de registo de baptismos, casamentos e óbitos, abarcando os anos de 1856 a 1925.

- Tribunal Administrativo (1915—)

Para além destes, foram ainda localizados outros fundos e colecções como:

- Administração dos Serviços de Agricultura
- Aero-Clube de S. Tomé e Príncipe
- Associação Provincial dos Desportos
- Cartório Notarial de S. Tomé
- Conselho Disciplinar Central da Província
- Conselho de Informação
- Direcção e Inspeção de Finanças
- Empresa do Comércio Interno
- Governo da Colónia / Província de S. Tomé e Príncipe (1946-1963)
- Grémio de S. Tomé
- Inspeção do Comércio Bancário
- Repartição Provincial dos Serviços das Alfândegas
- Repartição Provincial dos Serviços de Educação
- Repartição Provincial dos Serviços da Fazenda e Contabilidade
- Repartição Provincial dos Serviços de Saúde e Higiene
- Sindicato Nacional dos Empregados de Comércio, Indústria e Agricultura de S. Tomé e Príncipe.

Conclusões

Do que fica exposto extraímos a conclusão de que o aprofundamento da pesquisa, que se impõe fazer, para recuperar devidamente a História deste arquipélago africano, postula o recurso à sistematização das fontes documentais, que se encontram disseminadas por vários arquivos e colecções em Portugal, S. Tomé e Príncipe e outros países, e que carecem de se tornar acessíveis à generalidade dos investigadores.

Disto já nos deu conta o segundo volume da obra, feita pela Academia Portuguesa da História, com o título *Fontes para a História do Antigo Ultramar Português*, ao promover o censo da documentação histórica guardada nas bibliotecas e arquivos portugueses sobre as ilhas de S. Tomé e Príncipe e as de Fernando Pó e Ano Bom, antes da sua submissão à coroa espanhola.

Não será, no entanto, de menosprezar a documentação que, porventura, subsista nas velhas roças coloniais, embora se admita que, pelo menos, a sua maior parte terá sido destruída ou abandonada pelos proprietários por não descortinarem nela qualquer valor ou interesse histórico. Se algo restar desse espólio, como é convicção de alguns, será incontestável a necessidade de apurar o seu contributo para a reconstituição da história económica, social e política do país, não se ignorando, todavia, as dificuldades da sua recolha, atenta a dispersão dos documentos por vários e distantes paradeiros.

As colecções audiovisuais, fílmicas, fotográficas e registos sonoros, que se acumulam nos arquivos europeus, nomeadamente nos portugueses, constituem um património, cuja abertura à investigação para o fim que ora nos ocupa julgamos do mesmo modo indispensável.

E, se a todas estas contribuições viesse acrescer a da recolha da tradição oral, que já tarda, em consonância com o projecto do Arquivo Nacional de S. Tomé e Príncipe, ficaria, assim, constituído um manancial informativo capaz de preencher as exigências que a investigação reclama.

BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA

Fontes para a história do antigo ultramar português. Lisboa: APH, 1982. Vol. 2.
AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR

S. Tomé e Príncipe: pequena monografia. Lisboa: AGU, 1969. 143 p. Bibliografia.

AMBRÓSIO, António

Subsídios para a história de S. Tomé e Príncipe. [Lisboa]: Livros Horizonte, [cop. 1984]. 253 p. (Horizonte Histórico).

CRUZ, Carlos Benigno, introd. e coord.

S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência. Lisboa: Moraes, cop. 1975. 159 p. (Actualidade Portuguesa; 16).

[PEREIRA, Maria Olinda Alves]

Relatório: missão a S. Tomé e Príncipe para reinstalação e acondicionamento de acervos documentais, Setembro de 1995. Dactilografado.

PEREIRA, Maria Olinda Alves; LIMA, Maria João Pires de

Missão a S. Tomé e Príncipe. Projecto 1 – Arquivos (9 a 23 de Julho de 1996): relatório. 1996 – Bibliografia. Dactilografado.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: ARQUIVO HISTÓRICO – BOLETIM: publicação quadrimestral. n.º 4 [colof. 1971].

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Leis, decretos, etc.

Estatuto político-administrativo da província de S. Tomé e Príncipe. [Lisboa]: Agência Geral do Ultramar, [s. d.]. 40 p.